

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

Direito Processual Civil

Das partes

Magistratura Federal

Período: 2015 - 2016

Direito Processual Civil

1) FGV - AGENTE FISCAL - TCM/SP (2015)

Figure-se a hipótese em que Caio ajuíza demanda em face de Tício, alegando ter direito à propriedade de um imóvel registrado em nome deste último e pedindo a declaração do domínio do autor sobre o bem, assim como a imissão na posse do imóvel. Suponha-se, ainda, que, após a citação, o imóvel foi alienado por Tício a Mévio, um investidor imobiliário. A partir dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta, considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) o ingresso de Mévio no processo, como substituto de Tício ou como seu assistente, dependerá do consentimento de Caio, mas a sentença produzirá efeitos em relação a Mévio independente de sua participação no processo como parte ou assistente;
- b) Mévio não poderá substituir Tício no polo passivo, nem sofrerá os efeitos da sentença se não intervier no processo como assistente, caso em que não dependerá do consentimento de Caio;
- c) Mévio possui legitimidade ativa para o ajuizamento de embargos de terceiro, na qualidade de senhor e possuidor, postulando a manutenção da posse do bem, em caso de turbação ou esbulho por ato judicial;
- d) a sentença proferida nos autos produz efeitos em relação a Mévio, salvo se demonstrar que adotou todos os cuidados que dele se esperavam para a concretização do negócio, notadamente a verificação de que, sobre a coisa, não pendiam ônus judiciais ou extrajudiciais capazes de invalidar a alienação;
- e) Tício somente poderá ser substituído por Mévio no polo passivo do processo se Caio consentir, ao passo que Mévio apenas será admitido como assistente com a anuência de Tício, estendendo-se os efeitos da sentença in utilibus a Mévio.

2) CESPE - AUDITOR - TCE/RN (2015)

Um sistema processual civil que não proporcione à sociedade o reconhecimento e a realização dos direitos, ameaçados ou violados, que tem cada um dos jurisdicionados, não se harmoniza com as garantias constitucionais de um Estado Democrático de Direito.

Comissão de Juristas - Senado Federal, PL n.º 166/2010, Exposição de motivos, Brasília, 8/6/2010.

Tendo como referência inicial o fragmento de texto anterior, adaptado da exposição de motivos do Novo Código de Processo Civil, julgue o item a seguir de acordo com a teoria geral do

processo e as normas do processo civil contemporâneo.

Na hipótese de uma sociedade sem personalidade jurídica ser demandada em juízo, admite-se, como matéria de defesa, que ela oponha a própria irregularidade.

Certo ()

Errado ()

3) FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO - TRE/AP (2015)

No tocante aos deveres das partes e dos procuradores é INCORRETO afirmar:

a) quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juiz condenará cada um na proporção do seu respectivo interesse na causa, ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.

b) os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação.

c) a sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Esta verba honorária não será devida nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

d) se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas. Se um litigante decair de parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e honorários.

e) havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão divididas igualmente.

4) FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO - TRE/SE (2015)

No tocante aos procuradores, considere:

I. Sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo. Poderá, todavia, em nome da parte, intentar ação, a fim de evitar decadência ou prescrição. Neste caso, o advogado se obrigará, mediante caução, a exibir o instrumento de mandato no prazo de 10 dias, prorrogável até outros 10, por despacho do juiz.

II. A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.

III. A procuração pode ser assinada digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma da lei específica.

De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) III.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) I.

5) IBFC - ADVOGADO - HMDCC (2015)

Devem ser representados em juízo, ativa e passivamente:

Assinale a alternativa correta.

- a) o espólio, pelo inventariante.
- b) a massa falida, pelo gestor de fato.
- c) a herança jacente ou vacante, pelo síndico.
- d) o Município, por seu curador.

6) CESPE - ANALISTA JUDICIÁRIO - TJDF (2015)

Julgue o item seguinte, com base no que dispõe o Código de Processo Civil (CPC) a respeito de competência, intervenção de terceiros, liquidação de sentença e capacidade postulatória.

Situação hipotética: Citado como réu em ação indenizatória ordinária, determinado indivíduo outorgou a seu advogado procuração geral para o foro, sem mencionar especificamente os atos que o advogado poderia praticar. Assertiva: Nesse caso, o advogado pode oferecer reconvenção, ato processual cuja prática independe de autorização específica.

Certo ()

Errado ()

7) FGV - TÉCNICO PROCESSUAL - PGE/RO (2015)

Incorrendo uma das partes em conduta definida na lei processual como litigância de má-fé, deve o juiz sancioná-la com a:

- a) proibição de se manifestar no feito por um prazo não superior a três meses;
- b) condenação ao pagamento de multa e de indenização à parte contrária dos prejuízos que esta tiver sofrido, além de honorários advocatícios e do valor das despesas efetuadas;
- c) destituição compulsória de seu advogado, com a nomeação de Curador Especial, para patrocinar, dali em diante, os seus interesses no processo;
- d) extinção do feito sem resolução do mérito, se a parte responsável for o autor, e decretação da revelia, caso seja o réu;
- e) fixação de multa diária, que deverá fluir até que cesse a conduta processual ilícita, abrindo-se à parte prejudicada a opção de deflagrar imediatamente a execução relativa ao valor acumulado a tal título.

8) FGV - TÉCNICO PROCESSUAL - PGE/RO (2015)

Joaquim, advogado, é procurado por José para apresentar defesa no processo em que sua esposa pede o divórcio e alimentos. Sem ser ainda constituído procurador do réu nos autos, Joaquim vai ao cartório do juízo, onde:

- a) poderá examinar os autos do processo, mesmo sem procuração;
- b) poderá, sem procuração nos autos, requerer vista do processo pelo prazo de cinco dias, sem direito de examiná-lo de imediato;
- c) não poderá examinar os autos do processo, pois não tem procuração;
- d) poderá examinar os autos do processo imediatamente, devendo juntar em quinze dias a procuração;
- e) não poderá examinar os autos do processo, mesmo que apresentasse a procuração naquele momento.

9) CESPE - ATA - DPU (2016)

Citado em ação declaratória de paternidade, o réu procurou a DP e comprovou preencher os requisitos para ser atendido. Na sentença, os pedidos do autor foram julgados improcedentes.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir, considerando que foi observado

o devido processo legal.

O autor não será condenado a pagar honorários advocatícios, pois estes não são devidos em favor da DP.

Certo ()

Errado ()

10) FCC - OFICIAL DE DILIGÊNCIAS - DPE/RR (2015)

André, por ser casado com Beatriz sob o regime da comunhão universal de bens,

- a) necessita do consentimento dela para propor qual quer ação, independentemente do seu objeto.
- b) não necessita do consentimento dela para propor nenhuma ação, independentemente do seu objeto.
- c) necessita do consentimento dela para propor ações de estado.
- d) necessita do consentimento dela para propor ações de execução.
- e) necessita do consentimento dela para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.

11) FCC - OFICIAL DE DILIGÊNCIAS - DPE/RR (2015)

Bernardo ajuizou contra Paulo ação de indenização por danos morais. Após a contestação, o juiz verificou que ambas as partes estavam irregularmente representadas, razão pela qual concedeu ao autor e ao réu o prazo de 10 dias para sanarem o defeito. Decorrido o prazo, o juiz deverá

- a) decretar a nulidade do processo, se apenas Paulo não tiver regularizado a sua representação processual.
- b) julgar improcedente o pedido, necessariamente, se apenas Bernardo não tiver regularizado a sua re apresentação processual.
- c) decretar a nulidade do processo, se apenas Bernardo não tiver regularizado a sua representação processual.
- d) julgar procedente o pedido, necessariamente, se apenas Paulo não tiver regularizado a sua representação processual.
- e) conceder a ambas as partes, obrigatoriamente, prazo suplementar para regularização da

representação processual, se nem Bernardo nem Paulo o tiverem feito.

12) FCC - PROCURADOR - PREFEITURA DE SÃO LUÍS (2016)

João, casado com Maria no regime da comunhão parcial de bens, é réu em quatro ações, que possuem como objeto, respectivamente:

- I. desconstituição de hipoteca sobre imóvel registrado apenas em nome de João.
- II. busca e apreensão de veículo registrado e utilizado apenas por João.
- III. anulação de contrato de compra e venda de bem móvel adquirido exclusivamente por João, para seu uso exclusivo, antes da celebração do casamento.
- IV. reintegração de posse por esbulho praticado tanto por João quanto por Maria.

De acordo com o Código de Processo Civil, Maria deverá ser necessariamente citada APENAS para as ações cujo objeto está descrito nos itens

- a) I e IV.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

13) CESPE - ÁREA JURÍDICA - FUNPRESP (2016)

Acerca da capacidade postulatória e do litisconsórcio, julgue o item a seguir.

A capacidade postulatória, definida como a autorização legal para atuar em juízo, é prerrogativa de advogados públicos e privados e defensores públicos, por exemplo.

Certo ()

Errado ()

14) FCC - JUIZ DO TRABALHO - TRT 1 (2016)

Instruções: Para responder à questão considere o Código de Processo Civil de 1973 (CPC/1973).

Segundo o Código de Processo Civil de 1973, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos imobiliários.
- b) ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações fundadas em dívida contraída pelo marido a bem da família, mas cuja execução tenha de recair sobre o produto do trabalho da mulher.
- c) haverá a necessidade de citação de ambos os cônjuges nas ações que tenham por objeto a extinção de ônus sobre imóveis de um dos cônjuges.
- d) nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor é dispensável nos casos de comosse.
- e) a autorização do marido poderá ser suprida judicialmente quando o mesmo recusar-se sem justo motivo.

15) FCC - JUIZ DO TRABALHO - TRT 1 (2016)

Instruções: Para responder à questão considere o Código de Processo Civil de 1973 (CPC/1973).

A respeito das despesas processuais previstas no CPC/1973, considere:

- I. Quem receber custas excessivas é obrigado a restituí-las, incorrendo em multa equivalente ao dobro do seu valor.
- II. Quando o exame pericial for requerido por ambas as partes, a remuneração do perito será paga pelo autor.
- III. As despesas dos atos processuais, efetuadas a requerimento do Ministério Público, serão pagas ao final pelo vencido.
- IV. Se o assistido for vencido, o assistente será condenado nas custas em proporção à atividade que houver exercido no processo.

Está correto o que se afirma em

- a) II e IV, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.

d) I, II e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

16) FCC - JUIZ DO TRABALHO - TRT 1 (2016)

Instruções: Para responder à questão considere o Código de Processo Civil de 1973 (CPC/1973).

Segundo o CPC/1973,

a) a alienação da coisa ou direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, altera a legitimidade das partes.

b) a sentença, caso tenha sido proferida entre as partes originárias, não estende os seus efeitos ao cessionário.

c) a parte, que revogar o mandato outorgado ao seu advogado, no mesmo ato constituirá outro que assuma o patrocínio da causa.

d) o advogado poderá intentar ação, em nome da parte, a fim de evitar decadência, quando então se obrigará a exibir o instrumento do mandato no prazo de 10 dias, prorrogável até outros 10 dias por despacho do juiz.

e) após renunciar ao mandato, e cientificado o mandante, o advogado continuará a representar o mandante, a fim de lhe evitar prejuízos, durante os 10 dias seguintes, prorrogáveis.

17) COMISSÃO EXAMINADORA - JUIZ DO TRABALHO - TRT 16 (2015)

Em relação à capacidade processual, é CORRETO afirmar que:

a) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é sempre dispensável.

b) Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, necessariamente, determinará a extinção do feito.

c) O juiz dará curador especial apenas ao absolutamente incapaz, tendo em vista a sua incapacidade de praticar todos os atos da vida civil.

d) A autorização do marido e a outorga da mulher são incontestáveis, uma vez que é vedado ao Estado intervir nas relações conjugais dos indivíduos.

e) Para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários, necessita o cônjuge do consentimento do outro, exceto no caso de regime de separação absoluta de bens, sem, no entanto, exigir-se a formação de litisconsórcio necessário.

18) UFMT - TÉCNICO JUDICIÁRIO - TJMT (2016)

De acordo com a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, NÃO é dever da parte

- a) expor os fatos conforme a verdade.
- b) proceder com lealdade.
- c) formular pretensões ciente de que são destituídas de fundamentos.
- d) cumprir com exatidão os provimentos mandamentais.

19) COMISSÃO EXAMINADORA - JUIZ FEDERAL - TRF 4 (2016)

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

Considerando o ordenamento processual na vigência do Código de Processo Civil de 1973:

I. A substituição processual é o instituto que se aplica quando se troca a pessoa em algum dos polos da relação processual, como, por exemplo, no caso de falecimento de uma das partes que seja pessoa natural.

II. A legitimação extraordinária permite que alguém postule, em nome de outrem, direito desse terceiro.

III. A legitimidade para o processo deve estar prevista na lei processual e, para o seu exame, é irrelevante a demanda específica. A legitimidade para a causa deve ser examinada no caso concreto, considerada a pretensão deduzida.

IV. Ajuizada ação coletiva atinente à macrolide geradora de processos multitudinários, pode ser decretada a suspensão das ações individuais, no aguardo do julgamento da ação coletiva.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- e) Estão corretas todas as assertivas.

20) COMISSÃO EXAMINADORA - JUIZ FEDERAL - TRF 4 (2016)

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

Considerando as regras do Código de Processo Civil de 2015:

I. As condições da ação não estão previstas no Código, o que impede o indeferimento da petição inicial por ilegitimidade para a causa ou falta de interesse processual.

II. Quando, além do autor, todos os réus manifestarem desinteresse na realização da audiência de conciliação, o prazo de contestação tem início, para todos os litisconsortes passivos, com o despacho judicial que acolhe as manifestações de desinteresse na realização da audiência de conciliação.

III. O juiz pode, independentemente de citação, julgar improcedente o pedido que contrariar súmula, desde que seja vinculante. Se o pedido contrariar enunciado de súmula não vinculante ou julgado em recurso repetitivo, deve ordenar a citação, estando em condições a petição inicial, para só depois decidir a questão, em atenção ao princípio do contraditório.

IV. Caso a decisão transitada em julgado seja omissa em relação aos honorários de sucumbência, eles não poderão ser cobrados nem em execução, nem em ação própria.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- d) Estão corretas todas as assertivas.
- e) Nenhuma assertiva está correta.

21) FCC - DIREITO - ELETROSUL (2016)

Manoel ajuizou ação indenizatória contra Joaquim e o feito tramita regularmente em uma das varas cíveis da comarca de Florianópolis-SC. No curso do processo, Joaquim, através de seu advogado, altera a verdade dos fatos e provoca incidentes manifestamente infundados.

Neste caso, o Magistrado que preside o feito deverá, de ofício, ou a requerimento da outra parte, considerar Joaquim litigante de má-fé e condená-lo a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que ela efetuou, além de pagar multa, em regra,

- a) superior a 1% e inferior a 20% do valor corrigido da causa.

- b) não excedente a 1% sobre o valor corrigido da causa.
- c) superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa.
- d) não excedente a 2% sobre o valor corrigido da causa.
- e) não excedente a 5% sobre o valor corrigido da causa.

22) CESPE - AUDITOR FISCAL - TCU (2015)

No que concerne aos princípios processuais e à jurisdição, julgue o item.

Na jurisdição contenciosa, o Estado, em substituição às partes, resolve a lide submetida a sua apreciação, sendo inadmitida, após a instauração do processo contencioso, a composição entre as partes.

Certo ()

Errado ()

23) CESPE - ANALISTA JUDICIÁRIO - TJDF (2015)

Com relação ao litisconsórcio, às nulidades e à atuação do juiz no processo civil, julgue o item a seguir, de acordo com o CPC e com a jurisprudência dos tribunais superiores.

Se, ao examinar processo judicial que lhe foi distribuído, o magistrado verificar que é amigo íntimo do autor da demanda, deverá declarar-se impedido.

Certo ()

Errado ()

24) CESPE - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL - TJDF (2015)

A respeito da prova, julgue o item que se segue.

O juiz pode, de ofício, em qualquer fase do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre questões que envolvem a causa.

Certo ()

Errado ()

25) FGV - PREFEITURA DE CUIABÁ (2015)

Com relação aos impedimentos e à suspeição, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário quando for cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau.

() Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz quando este for herdeiro presuntivo de alguma das partes.

() Os motivos de impedimento e de suspeição não se aplicam aos serventuários da Justiça.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F, V e F.

b) F, V e V.

c) V, F e F.

d) V, V e F.

e) F, F e V.

26) UFMT - ADVOGADO - PREVICÁ CERES (2016)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 estabelece que todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência, por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele. Em consonância com esse princípio, a legislação processual civil brasileira previu situações que caracterizam a suspeição do juiz.

Assinale a alternativa que apresenta uma dessas situações.

a) Quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.

b) Quando exercer suas funções no processo em que oficiou como perito.

c) Quando qualquer das partes for sua credora ou devedora.

d) Quando for empregador de qualquer das partes.

27) UFMT - ANALISTA JUDICIÁRIO - TJMT (2016)

A respeito dos poderes e deveres do juiz, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Compete ao juiz dirigir o processo velando pela rápida solução do litígio.
- b) Compete ao juiz reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça.
- c) O juiz deve decidir por equidade de acordo com o livre convencimento.
- d) O juiz deve indeferir diligências inúteis ou meramente protelatórias.

28) UFMT - TÉCNICO JUDICIÁRIO - TJMT (2016)

O juiz dirigirá o processo, competindo-lhe, em conformidade com a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil:

- a) Assegurar à parte autora prioridade de tratamento.
- b) Velar pela rápida solução do litígio.
- c) Permitir qualquer ato contrário à dignidade da justiça.
- d) Tentar, somente no final do processo, conciliar as partes.

Gabarito

1) D	2) Errado	3) C	4) B	5) A	6) Certo
7) B	8) C	9) Errado	10) E	11) C	12) A
13) Certo	14) D	15) E	16) C	17) E	18) C
19) B	20) E	21) C	22) Errado	23) Errado	24) Certo
25) D	26) C	27) C	28) B		